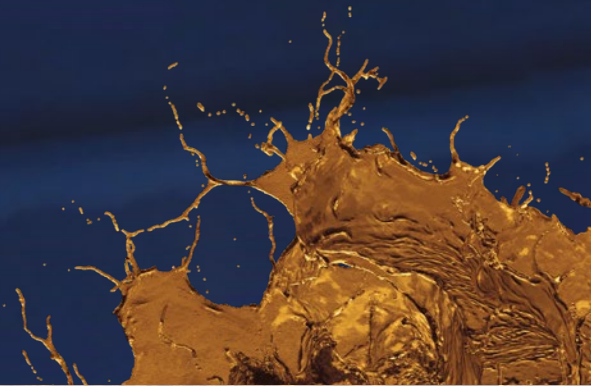




BELO SUN:

um negócio arriscado



*Indígenas Juruna vivem em risco por
megaempreendimentos na Amazônia.*



Foto: Cícero Pedrosa Neto / Amazônia Real

*Fotos da capa: Belo Sun Presentation
e Cícero Pedrosa Neto/Amazon Watch*

AGRADECIMENTOS

Este documento foi produzido pela equipe da Amazon Watch a partir de estudos e trabalhos colaborativos com membros de diferentes alianças, coalizões e grupos; ativistas; e pesquisadores independentes.

Gostaríamos de reconhecer e agradecer o apoio da *Aliança Volta Grande do Xingu*. Formado pela Amazon Watch, seus membros incluem: Comité pour les Droits Humains en Amérique Latine - CDHAL, Earthworks, Interamerican Association for Environmental Defense - AIDA Americas, International Rivers, Law and Development Research Group and Institute of Development Policy of the University of Antwerp, Department of Work, Employment & Organisation of the University of Strathclyde, Instituto Socioambiental - ISA, Mining Watch Canada, Movimento Xingu Vivo para Sempre, Rede Xingu+, and Salva La Selva, the *Forest & Finance coalition* formada por Amazon Watch, Rainforest Action Network - RAN, e Reporter Brazil, Research Group on the Territories of Extractivism from Canada - GRITE, e o pesquisador independente e vencedor do Goldman Prize 2006, Tarcisio Feitosa.

AVISO LEGAL

Os autores acreditam que as informações na avaliação de risco vêm de fontes confiáveis e que a análise de dados é factual, mas não garantem a precisão, integridade ou exatidão de nenhum dos dados ou análises. Os autores se isentam de qualquer responsabilidade decorrente do uso da avaliação de risco e seu conteúdo. Nada neste documento deve constituir ou ser interpretado como uma oferta de consultoria de investimento.

© Amazon Watch, todos os direitos reservados
Dezembro de 2022

Escritório central

520 3rd Street, Suite 108, Oakland, CA 94607
Terras Tradicionais de Ohlone, Muwekma e Chochenyo
Tel: +1.510.281.9020 - Fax: +1.510.281.9021

Washington, DC

1101 15th St NW, 11th Floor, Washington, DC 20005
Terras Tradicionais Nacottchtank (Anacostan)
e Piscataway
Tel: +1.202.423.4828

amazon@amazonwatch.org



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
SUMÁRIO EXECUTIVO	6
HISTÓRICO DA EMPRESA	9
PANORAMA DO PROJETO VOLTA GRANDE	10
FALTA DE TRANSPARÊNCIA: DECLARAÇÕES ENGANOSAS DE EXECUTIVOS DA EMPRESA	11
I. Declarações públicas do CEO da Belo Sun	12
II. Declarações falsas sobre as limitações críticas do projeto em documentos oficiais	12
RISCOS JURÍDICOS, IMPACTOS SOCIAIS E DE DIREITOS HUMANOS	13
I. Obrigação legal de consultar as comunidades locais	14
II. Incertezas relacionadas à fiscalização federal do licenciamento ambiental	18
III. Cumprimento da legislação fundiária	18
IV. A falta de capacidade da região da Volta Grande do Xingu para acomodar o projeto de mineração da Belo Sun	20
V. Entrave à liberdade de circulação da população	20
VI. Desrespeito ao direito à terra, à moradia e ao território	20
RISCOS REPUTACIONAIS	21
RISCOS À BIODIVERSIDADE E AO CLIMA	22
RISCOS POLÍTICOS	28
CONCLUSÃO	31
APÊNDICE	32
REFERÊNCIAS	36



Foto: Cicero Pedrosa Neto / Amazon Watch

Rio Xingu e a comunidade Vila da Ressaca, onde a Belo Sun pretende iniciar suas obras.

APRESENTAÇÃO



Esta avaliação de risco é um alerta a investidores sobre a Belo Sun Mining Corp. e seu Projeto Volta Grande (PVG) na Amazônia brasileira. Ela expõe não apenas os riscos para os financiadores, mas também os graves impactos que o projeto antecipa nas comunidades vizinhas, na biodiversidade e na estabilidade do clima na região amazônica e, portanto, em todo o planeta.

Este documento é produto de anos de pesquisa e monitoramento das comunidades amazônicas afetadas negativamente pela Belo Sun. Todas as informações aqui apresentadas são de domínio público e podem ser facilmente acessadas e verificadas. O documento se beneficiou imensamente do trabalho de coalizão com parceiros brasileiros, internacionais, e, em particular, locais da região do rio Xingu, o que permitiu à Amazon Watch verificar as informações recebidas de artigos e outros documentos.



SUMÁRIO EXECUTIVO

A Belo Sun Mining Corp., uma empresa canadense de mineração focada principalmente na extração de ouro, tem como seu principal empreendimento o Projeto Volta Grande (PVG). Atualmente em desenvolvimento, o PVG está situado na Volta Grande do Xingu, região na floresta amazônica no estado do Pará. Se concretizado, o PVG vai construir a maior mina de ouro a céu aberto da história do Brasil, representando grandes riscos a todo um ecossistema já fragilizado pela hidrelétrica Belo Monte e aos meios de subsistência das comunidades locais, que dependem do rio Xingu para sobreviver.

O desenvolvimento do Projeto Volta Grande tem sido caracterizado por alegações enganosas dos executivos da Belo Sun, por controvérsias legais, oposição de comunidades e alertas de cientistas e especialistas em mineração sobre os potenciais impactos do projeto na biodiversidade e no meio ambiente da região. Nesse contexto, o Projeto Volta Grande representa ameaças incalculáveis e irreversíveis à Amazônia e imensos riscos para qualquer empresa ou indivíduo que pretenda investir na Belo Sun. As seções a seguir detalham os riscos reputacionais, legais, políticos, sociais e ambientais associados a esse empreendimento.

ALEGAÇÕES ENGANOSAS DA BELO SUN

Os executivos da Belo Sun têm minimizado repetida e publicamente os riscos sociais, ambientais e legais do PVG, o que aumenta os riscos para os seus investidores atuais e potenciais.

Na maior conferência de mineração do mundo, a *Prospectors & Developers Association of Canada* (PDAC) de 2021, o CEO da mineradora, Peter Tagliamonte, afirmou que o projeto estava “totalmente autorizado” e atribuiu seu atraso à pandemia da Covid-19, sem mencionar que a licença do projeto havia sido suspensa e enfrentava desafios legais em andamento¹. Tagliamonte repetiu essa afirmação em uma entrevista à *Canadian Broadcasting Corporation*, apesar dos problemas jurídicos existentes e da suspensão da licença². Além disso, nos documentos do projeto, a **Belo Sun não revela a totalidade dos riscos provenientes dos conflitos criados por falhas da empresa em conduzir o devido processo de consulta para garantir o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) das comunidades locais.**

IMPACTOS SOCIAIS E DE DIREITOS HUMANOS E RISCOS JURÍDICOS

A condução do Projeto Volta Grande tem sido marcada por diferentes entraves jurídicos. **A licença de instalação da mineradora foi suspensa diversas vezes devido aos impactos potenciais da mina nas comunidades indígenas e tradicionais da área.** A última decisão determinando a suspensão da licença de instalação foi em 2017, reforçada em 2022³. A Belo Sun contestou tais suspensões e segue empenhada em levar o projeto adiante. Ainda assim, a empresa enfrenta atualmente **sete obstáculos jurídicos distintos, provenientes de comunidades potencialmente afetadas e órgãos federais,** relacionados à falta de consulta adequada às comunidades envolvidas, à ilegalidade das controversas aquisições de terras pela empresa e ao assédio a moradores locais.

Em relação a este último ponto, a Defensoria Pública do Pará (DPE-PA) ajuizou ação contra a Belo Sun, denunciando **as forças de segurança armadas contratadas pela Belo Sun por ameaçarem populações locais** com despejo e tentativas de limitar atividades tradicionais de subsistência das comunidades, como a caça e a pesca⁴. Além disso, o Projeto Volta Grande pretende se sobrepor à área de três vilas - Ressaca, Galo e Ouro Verde - levantando preocupações quanto ao **deslocamento forçado** dessas populações. **Atualmente, a licença do PVG encontra-se suspensa, e as contínuas questões jurídicas elevam os riscos para potenciais investidores.**



Mulheres Munduruku no Acampamento Terra Livre 2022, protestando contra o Projeto de Lei 191 de 2020, que prevê a liberação de projetos de mineração em terras indígenas.

RISCOS REPUTACIONAIS

A proteção ambiental, especialmente de biomas cruciais como a Amazônia, tem se tornado uma preocupação crescente para investidores. Investimentos nas áreas Ambientais, Sociais e de Governança (ESG - Environment, Social and Governance) estão em rápida expansão, e investidores não hesitam em expressar preocupações sobre empresas que contribuem para a destruição da Amazônia. **Em 2020, sete grandes empresas de investimento europeias ameaçaram desinvestir em produtores de carne, operadoras de grãos e até em títulos do governo brasileiro se o desmatamento da Amazônia não fosse controlado.** Os graves riscos socioambientais do Projeto Volta Grande, as ameaças de perda de biodiversidade e a cobertura negativa da mídia contra a Belo Sun geram sérias consequências para investidores estrangeiros.



RISCOS À BIODIVERSIDADE E AO CLIMA

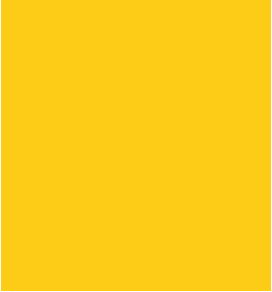
A Volta Grande do Xingu é um dos locais de maior biodiversidade do planeta. O Estado brasileiro reconheceu oficialmente essa riqueza ao classificar a Volta Grande do Xingu como uma região de "importância biológica extremamente alta" para a conservação da biodiversidade, conforme estabelecido em uma portaria do Ministério do Meio Ambiente em 2007⁵. Apesar disso, **a Belo Sun não cumpriu os requisitos de proteção ambiental durante todo o processo de licenciamento do seu projeto.** O próprio estudo de impacto ambiental (EIA) da empresa para o Projeto Volta Grande indica um **alto risco de ruptura da barragem de rejeitos, que poderia resultar em contaminação maciça da água e do solo**, uma ameaça iminente corroborada por avaliações de especialistas independentes.⁶ **Isso poderia levar a Amazônia ao seu "ponto de inflexão", que segundo cientistas representa o momento após o qual a floresta não terá mais capacidade de se regenerar nem se recuperar do desmatamento ou de outros desastres ecológicos, representando a destruição irreversível dessa floresta tropical.**⁷

RISCOS POLÍTICOS

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva indica possíveis mudanças no cenário político brasileiro que aumentam o risco de investimento na Belo Sun e no Projeto Volta Grande. Isso se deve ao fato de que **o governo de Bolsonaro e seus aliados militares serviram como uma porta giratória para funcionários e investidores da Belo Sun avançarem com seus interesses.** O banco canadense Forbes & Manhattan construiu relações com altos oficiais militares próximos ao governo federal no mandato anterior,⁸ dando provas de suas intenções de promover aquisição de terras para a Belo Sun, e o ex-diretor jurídico da mineradora se tornou gerente regional da Agência Nacional de Mineração do Brasil no Pará,⁹ onde o PVG está localizado. **Com a eleição de Lula e a nomeação de Marina Silva para o Ministério do Meio Ambiente, não há a mesma garantia de que tais negócios privilegiados continuarão.**

O RECADO É CLARO:

A conclusão do projeto da Belo Sun pode significar a morte do rio Xingu e o ecocídio de uma região vital para a vida na Terra.



HISTÓRICO DA EMPRESA

BELO SUN MINING CORP.

A Belo Sun Mining Corp. é uma mineradora canadense com um portfólio de projetos focados no ouro brasileiro, sendo responsável pelo desenvolvimento do Projeto Volta Grande (PVG). A empresa foi fundada em 1996 e anteriormente se chamava Verena Minerals Corporation antes de adotar o nome Belo Sun em 2010. Como a Belo Sun atualmente não possui minas em operação, a empresa opera com prejuízo. A partir de suas prestações de contas do terceiro trimestre de 2022, a Belo Sun tinha menos de US\$ 20 milhões em caixa e ativos equivalentes.¹⁰

Ações registradas:

TSX: **\$BSX**
OTCQX: **\$BSXGF**

Principais Diretores

Presidente Executivo do Conselho:
Mark Eaton

Presidente e Diretor Executivo:
Peter Tagliamonte

Diretor Financeiro:
Ryan Ptolemy

Diretor de Operações:
Ian Pritchard

PANORAMA DO PROJETO VOLTA GRANDE

A Belo Sun Mining Corp. está buscando desenvolver o Projeto Volta Grande ao longo da Volta Grande do Rio Xingu, localizada no coração da Floresta Amazônica brasileira, no estado do Pará. A empresa pretende instalar o Projeto Volta Grande (PVG) no município de Senador José Porfírio, no estado do Pará, na Amazônia brasileira. Se construída, será a maior mina de ouro a céu aberto da história do Brasil, situada no centro de um dos locais de maior biodiversidade do planeta. O local fica a aproximadamente 49 km a sudeste da cidade de Altamira, com uma população de 150.000 habitantes. A Belo Sun afirma que o PVG cobrirá uma área de aproximadamente 24 km². É importante notar que os interesses de mineração existentes da empresa cobrem uma área muito maior do que a do Projeto Volta Grande. Segundo a própria empresa, as participações da Belo Sun na região da Volta Grande compreendem mais de quatro concessões de mineração, três licitações públicas e mais de 63 prorrogações de licenças exploratórias, que somam aproximadamente 1.750 km² no total.¹¹

Até novembro de 2020, a empresa exigia um investimento de capital adicional de US\$ 300 milhões para colocar o PVG em operação, daí seus esforços para encontrar investidores e/ou formar uma *joint venture*¹². À época, a empresa não tinha investimentos diretos de nenhuma outra mineradora desde a retirada de investimentos da Agnico Eagle em 2018,¹³ e não havia mais candidatos óbvios para adquirir a Belo Sun ou formar uma parceria de *joint venture*. Durante esse período, **as decisões da empresa tendiam a ser moldadas pelo banco comercial privado internacional e pela empresa de administração Forbes & Manhattan (F&M).**¹⁴ Dois diretores da Belo Sun e quatro membros da equipe executiva têm conexões diretas ou indiretas com a F&M, e a empresa continua a pagar uma taxa mensal de US\$ 25.000 à F&M por serviços de consultoria.¹⁵

Escritório da mineradora Belo Sun na Vila da Ressaca, na cidade de Senador José Porfírio, Pará.

Foto: Isabel Harari / ISA



FALTA DE TRANSPARÊNCIA: DECLARAÇÕES ENGANOSAS DE EXECUTIVOS DA EMPRESA

Em julho de 2021, uma coalizão internacional em defesa da vida no rio Xingu, chamada Aliança Volta Grande, da qual a Amazon Watch é membra, documentou uma série de declarações falsas divulgadas pela Belo Sun em carta à Comissão de Valores Mobiliários de Ontário (Ontario Securities Commission – OSC).¹⁶

A carta resume o objetivo central desta seção, que é detalhar e chamar a atenção para a **repetida disseminação de informações enganosas pela Belo Sun Mining Corp.**, inclusive por seu CEO, Peter Tagliamonte, minimizando as ameaças socioambientais, os problemas jurídicos e os riscos financeiros do PVG e o descumprimento da legislação pertinente pela empresa, no que consideramos **uma tentativa deliberada de atrair investidores desinformados, em flagrante descumprimento das normas da OSC.**

As informações apresentadas a seguir se baseiam no monitoramento independente do processo de licenciamento ambiental do Projeto da Belo Sun, incluindo a documentação obtida junto a vários órgãos do governo estadual e federal brasileiro, estudos técnicos independentes e depoimentos de membros das comunidades locais ameaçadas, com as quais a Amazon Watch trabalha em estreita colaboração.

Embora o projeto tenha enfrentado inúmeros desafios jurídicos e revezes relacionados ao processo de licenciamento, a empresa minimizou esses problemas em documentos oficiais recentes, como o Formulário de Informações Anuais de 2021, o documento de 31 de março de 2022, Discussões e Análises Gerenciais, e seu último Informe Corporativo.¹⁷ Portanto, há evidência razoável – que merece investigação mais detida – de que **a Belo Sun violou os requisitos de transparência do Securities Act canadense, conforme seção 75(1)**, que afirma que as empresas devem divulgar as alterações materiais “imediatamente” ou sem demora. Como iremos detalhar nesta seção, **a Belo Sun falhou repetidamente em divulgar totalmente o status do projeto e seus riscos, disseminando informações enganosas**, por meio de: 1) declarações de seu CEO em eventos públicos e meios de comunicação de amplo alcance; e 2) declarações falsas quanto a limitações críticas do projeto em documentos oficiais, especialmente em relação à consulta às comunidades Indígenas e ao conflito de posse de terra nos locais do projeto.

I. DECLARAÇÕES PÚBLICAS DO CEO DA BELO SUN

Diversas declarações do presidente e CEO da empresa, Peter Tagliamonte, minimizaram as ameaças socioambientais existentes e os riscos jurídicos e financeiros do PVG. Em 8 de março de 2021, na convenção da Prospectors & Developers Association of Canada (PDAC), o maior evento de mineração do mundo, alegou que o projeto de mineração estava "totalmente autorizado" e que o início das obras começaria no final de 2021.¹⁸ Na mesma entrevista, Tagliamonte atribuiu o atraso no processo de licenciamento ambiental exclusivamente à pandemia de Covid-19, deixando de mencionar a existência de sérias ameaças às operações da Belo Sun devido à **suspensão em curso e potencial cancelamento de suas licenças ambientais**.

Em outra entrevista à Canadian Broadcasting Corporation datada de 28 de março de 2021, Tagliamonte repetiu a afirmação de que o PVG havia sido totalmente sancionado, acrescentando que "a FUNAI, órgão do governo brasileiro responsável por lidar com questões relacionadas aos Povos Indígenas e seus direitos territoriais, aprovou os planos de consulta da empresa para o projeto de ouro de Volta Grande" e que "a empresa tem um bom relacionamento com as comunidades Indígenas locais".¹⁹ Essas afirmações, veiculadas com ampla cobertura da mídia – e ajustadas para influenciar investidores reunidos na conferência do PDAC –, **contradizem o real andamento do projeto**, conforme evidenciado pela farta documentação e inúmeras ações judiciais aqui detalhadas.

II. DECLARAÇÕES FALSAS SOBRE AS LIMITAÇÕES CRÍTICAS DO PROJETO EM DOCUMENTOS OFICIAIS

Documentos oficiais recentes da Belo Sun, como o Formulário de Informação Anual de 2021 (AIF)²⁰ e as Discussões e Análise de Gestão de 2022 (MD&A)²¹ apresentam linguagem estereotipada a respeito dos riscos padrão relacionados à obtenção da "concessão de mineração necessária", reconhecendo que não há garantias que a empresa obterá tais licenças e, mesmo que as consiga, que essas autorizações não serão "fortemente contestadas e, portanto, caras e demoradas para a Corporação". Por mais surpreendente que pareça, essa escolha de palavras, empregada em ambos os documentos, é exatamente a mesma que consta dos documentos equivalentes do ano anterior, que na época também foram contestados como deturpados. Embora possa parecer uma visão realista em relação ao processo de licenciamento, os documentos da empresa ainda não revelam a natureza concreta desses riscos, especialmente à luz da legislação brasileira e dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em relação aos direitos das comunidades afetadas, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o direito dos povos Indígenas e tribais à autodeterminação e à consulta e consentimento livres, prévios e informados.

RISCOS JURÍDICOS, IMPACTOS SOCIAIS E DE DIREITOS HUMANOS

Por risco legal, referimo-nos à possibilidade de uma ação judicial, em âmbito nacional, regional ou internacional, impedir, atrasar significativamente ou alterar a instalação e operação do PVG. Tais riscos decorrem da falha da Belo Sun, dos governos federal e estadual e dos órgãos reguladores em respeitar a legislação existente sobre meio ambiente, direitos humanos, direitos Indígenas e posse da terra. Algumas dessas falhas já são responsáveis por criar ameaças e impactos na vida das comunidades locais, enquanto outras afetam diretamente o futuro do projeto, gerando riscos tanto para o empreendimento quanto para a biodiversidade da região e sua população. Mais especificamente, esses riscos jurídicos atualmente decorrem de seis questões inter-relacionadas:

- I. O descumprimento da Belo Sun, do governo federal brasileiro e do governo do estado do Pará em cumprir as leis nacionais e os compromissos internacionais que exigem **a consulta de todas as comunidades afetadas pelo projeto**, incluindo pequenos agricultores, comunidades ribeirinhas e outras comunidades tradicionais, e de avaliar os impactos do projeto em seus meios de subsistência; e o desrespeito ao **direito dos povos Indígenas à autonomia e autodeterminação**, conforme estabelecido em compromissos internacionais e especialmente na Convenção 169 da OIT;
- II. A possibilidade de federalização do processo de licenciamento ambiental, levando à **anulação de todas as licenças e alvarás emitidos** até então pelo governo do estado do Pará;
- III. A falha da Belo Sun em cumprir a **legislação fundiária brasileira** na compra ou obtenção de concessões de uso da terra para a infraestrutura do PVG;
- IV. A limitada capacidade da região da Volta Grande do Rio Xingu em acomodar um projeto de mineração de grande porte como o PVG e as consequências jurídicas que podem advir dessa limitação;
- V. Atividades ilícitas da empresa que impedem a **liberdade de circulação** da população local através da presença de guardas armados e placas proibindo o acesso a terras públicas;
- VI. As possíveis ameaças aos **direitos à terra, à moradia e ao território** das comunidades locais conforme estabelecido pela legislação brasileira nos processos de remoção que seriam necessários para a instalação do PVG.

Cada um desses tópicos é detalhado nas seções abaixo.

I. Obrigação legal de consultar as comunidades locais

Comunidades tradicionais são povos que habitam ou reivindicam seus territórios tradicionalmente ocupados, seja esta ocupação permanente ou temporária. Os membros das comunidades tradicionais têm modos de ser, fazer e viver distintos dos da sociedade ocidental. Esses grupos se definem como portadores de identidades e direitos próprios.

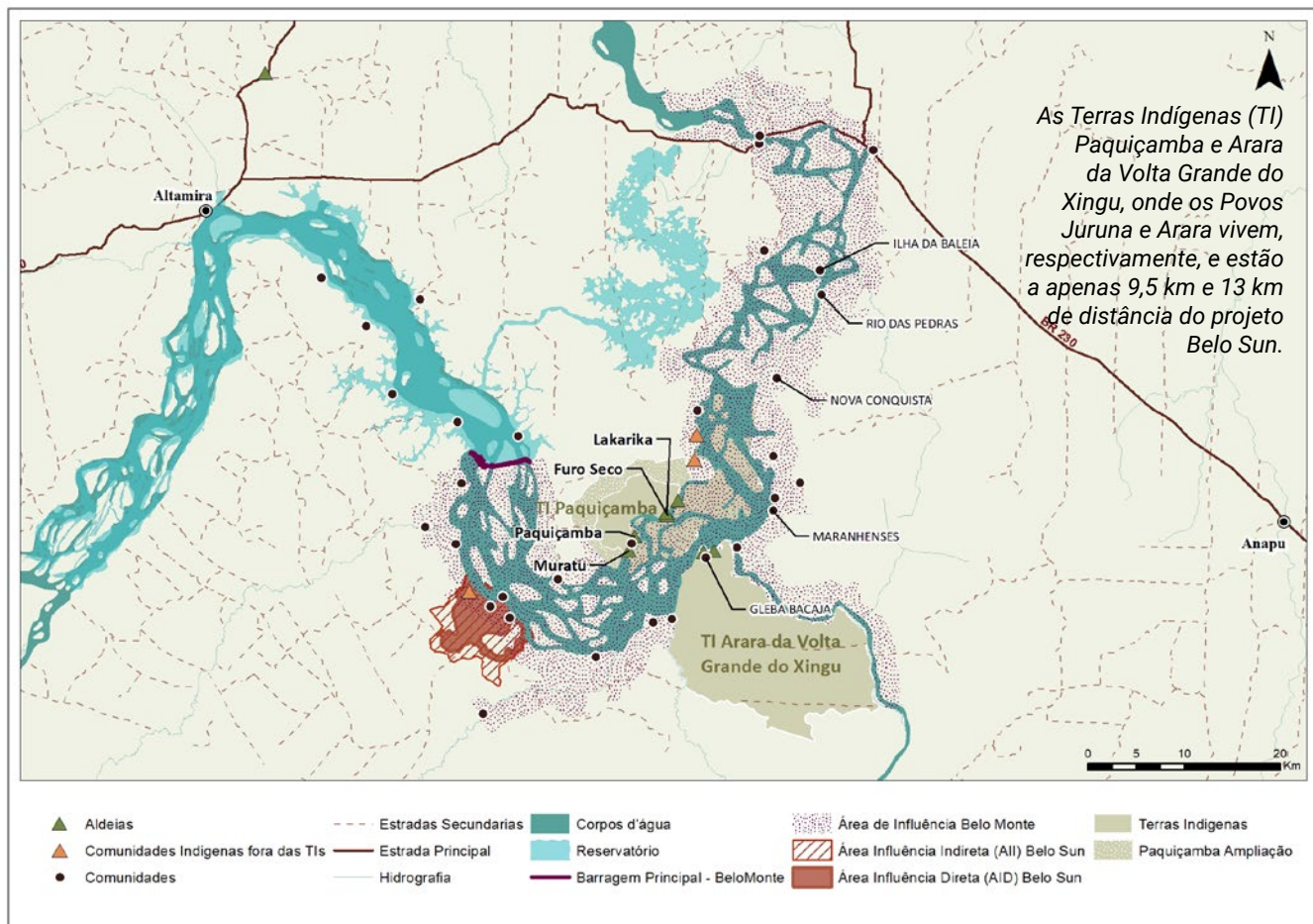
O Projeto Volta Grande apresenta graves riscos aos direitos humanos, sociais e políticos dos povos e comunidades direta e indiretamente afetados pelo projeto.²² A região da Volta Grande abriga povos Indígenas como os Juruna (também conhecidos como Yudjá), os Arara e os Xikrin, além de povos Indígenas que vivem fora das terras Indígenas demarcadas e em isolamento voluntário, comunidades tradicionais, comunidades ribeirinhas, e camponeses que vivem em assentamentos de reforma agrária federais e estaduais. As comunidades Indígenas Xipaia e Kuruaya também vivem na região mais ampla do Xingu e podem ser impactadas pelo projeto de mineração da Belo Sun.

A Belo Sun minimizou ou ignorou completamente sua obrigação, segundo a lei brasileira, de consultar as comunidades afetadas na Volta Grande. Isso tem gerado uma série de ações judiciais exigindo a suspensão e/ou anulação do processo de licenciamento ambiental do PVG (ver tabela no Apêndice).

A primeira dessas ações foi ajuizada em 2013 pelo Ministério Público Federal (MPF). A ação demonstrou que a Belo Sun Mining Corp. e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) não realizaram estudos socioambientais adequados sobre os impactos que o PVG terá sobre os povos Juruna e Arara. A mineradora violou seus direitos de autonomia e autodeterminação garantidos pela Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário, ao descumprir o dever de realizar um processo de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) com esses povos.²³ O pedido do MPF para suspender o processo de licenciamento ambiental com base nesses fundamentos foi deferido pelo juiz de Altamira e mantido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1). Em virtude desta decisão, o processo de licenciamento encontra-se suspenso desde a data de publicação deste relatório.

Entretanto, os Juruna e os Arara são apenas duas das muitas comunidades Indígenas e tradicionais que seriam impactadas pelo PVG. Em 2020, a Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE) ajuizou ação contra a Belo Sun e o estado do Pará, demonstrando que os direitos territoriais, de participação e consulta das comunidades ribeirinhas da Volta Grande também foram violados no processo de licenciamento ambiental do PVG.²⁴

Na comunidade Yawá, na região conhecida como Jericuaá, no Médio Xingu do Pará, vivem famílias da etnia Kuruaya. Esse representa apenas um exemplo dos povos Indígenas que Belo Sun não reconheceu como “afetados”. Os Kuruaya também



dependem do rio Xingu e serão afetados pelas atividades do PVC.²⁵ Como tal, a Belo Sun deveria ter garantido seu direito à autodeterminação, mas não cumpriu seu dever de realizar o CLPI junto a essa população durante o processo de licenciamento. O mesmo ocorreu com o povo indígena Xipaia, além de várias outras comunidades em terras afetadas, demarcadas ou não. No entanto, é inegável a presença histórica dessas comunidades, com registros que datam do início do século XIX. Na década de 1980, durante levantamento feito pela Eletronorte para

os estudos de viabilidade da construção da Usina Hidrelétrica Kararaô (hoje Belo Monte), foram encontrados 344 povos Indígenas vivendo em ilhas, em aldeias e no interior da Terra Indígena Paquiçamba. Em 6 de dezembro de 1999, o movimento Indígena do Brasil informou à Funai sobre a presença dessas famílias Indígenas na região. Algumas delas ainda lutam pelo reconhecimento de seu território. A omissão da Belo Sun em consultar as comunidades que habitam a Volta Grande há séculos e dependem do rio Xingu para sobreviver é vergonhosa e inaceitável.



O longo e difícil processo de demarcação das terras Indígenas

Existem cerca de 300 diferentes grupos Indígenas no Brasil, e durante décadas muitos deles lutam pela demarcação de suas terras. A Constituição Federal de 1988 descreve as Terras Indígenas como áreas de ocupação tradicional e usufruto exclusivo indígena, mesmo que a terra pertença ao governo federal. O processo de várias etapas para demarcar terras como territórios Indígenas pode levar anos e envolve um complexo processo técnico, administrativo e político. Muitos povos Indígenas ficaram presos no limbo desse processo, esperando e torcendo para que o governo tome providências. Ainda que o Judiciário brasileiro tenha reiteradamente decidido que o processo de demarcação é meramente declaratório, e que **os direitos Indígenas à terra existem independentemente da conclusão do processo de demarcação**, aqueles que vivem em territórios não demarcados estão sob ameaça mais severa de invasão de terras, e muitas vezes são invisibilizados e ignorados nos processos de consulta. A demarcação é uma ferramenta vital para a proteção ambiental.

Em abril de 2022, um juiz de primeira instância determinou que a mineradora elabore um “Estudo de Componente Indígena”, uma avaliação de impacto especificamente sobre os povos Indígenas, reconhecendo que essas comunidades têm o direito de serem consultadas e que estudos específicos de impacto socioambiental devem ser realizados para avaliar como o PVG afetará seus meios de vida.²⁶

De acordo com um relatório recente elaborado pelo *Observatório de Protocolos Comunitários de Consulta e Consentimento*

Livre, Prévio e Informado, “[todos] os parâmetros internacionais que estabelecem o direito à Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado dos povos Indígenas e tradicionais foram desrespeitados” pela Belo Sun e pelo estado do Pará.²⁷

A omissão em realizar avaliações de impacto adequadas e processos de consulta com cada um desses grupos é uma importante fonte de risco jurídico para o projeto da Belo Sun, pois seu processo de licenciamento pode ser substancialmente atrasado ou anulado.



Foto: Cícero Pedrosa Neto / Amazônia Real

CASO BELO MONTE

O legado de devastação e violação dos direitos humanos de Belo Monte

Construído na Floresta Amazônica, no estado do Pará, o complexo hidrelétrico de Belo Monte é um dos maiores projetos de infraestrutura do mundo. É, também, altamente controverso. O Ministério Público ajuizou 24 ações contra Belo Monte por violações contra os direitos humanos e o meio ambiente. A inauguração do complexo em 2016, notório por ter violado as convenções internacionais e as leis brasileiras sobre consulta aos povos Indígenas, mudou violentamente a vida tradicional na região. Pelo menos 40.000 pessoas foram arrancadas de seus lares para que a represa pudesse ser construída.

A jusante da primeira das duas barragens que compõem Belo Monte, situa-se um trecho de 100 km do rio Xingu – a Volta Grande – que teve 80% de seu fluxo de água desviado.²⁸ Os peixes que sustentavam as populações das duas terras Indígenas ao longo desse trecho, e uma terceira localizada em um afluente, praticamente desapareceram. Em abril de 2010, as comunidades Indígenas do rio Xingu solicitaram medidas cautelares (MC 382-10) à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). A CIDH²⁹ atendeu ao pedido e solicitou ao Governo do Brasil a suspensão imediata do processo de licenciamento do projeto Belo Monte e o bloqueio de qualquer obra material até que houvesse um processo de consulta livre, prévia e informada. Além disso, em 2012, o Comitê de Peritos sobre a Aplicação das Convenções e Recomendações da OIT³⁰ também solicitou ao governo brasileiro que tomasse as medidas necessárias para realizar consultas aos povos Indígenas afetados.

Propinas pagas por empreiteiras para os contratos de construção de Belo Monte foram destaque no escândalo de corrupção da “Lava Jato” no Brasil, com confissões tanto de quem pagou as propinas quanto de quem as recebeu.³¹ Esse escândalo ajudou a explicar por que Belo Monte foi construída apesar do longo período de baixa vazão do rio Xingu, quando nenhuma ou muito poucas turbinas na usina de força principal podem operar.³²

E é justamente na Volta Grande, que tem passado por níveis inéditos de convulsão socioambiental, que mais um megaprojeto está sendo planejado pela Belo Sun. As ambições da mineradora canadense são perigosas e destrutivas, especialmente quando mantidas lado a lado com os impactos deletérios de Belo Monte.³³ O Ministério Público Federal emitiu uma recomendação de que nenhum megaprojeto deve ser licenciado na Volta Grande até que os impactos de Belo Monte sejam melhor compreendidos e mitigados. O licenciamento do PVG viola diretamente essa recomendação.

II. Incertezas relacionadas à fiscalização federal do licenciamento ambiental

Até o momento, o processo de licenciamento do PVG da Belo Sun é conduzido em nível estadual, pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS). Em 2014, a SEMAS emitiu a licença prévia do empreendimento e, em 2017, a licença de instalação. Conforme mencionado anteriormente, o processo de licenciamento ambiental do projeto encontra-se atualmente suspenso.

Porém, em 2014, o MPF ajuizou ação contra a Belo Sun, o Estado do Pará, e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), requerendo que o tribunal reconheça a competência federal para o processo de licenciamento.³⁴ O MPF argumentou que o processo de licenciamento do PVG deveria ser federalizado com base em uma série de argumentos jurídicos, incluindo o impacto que o projeto de mineração industrial teria sobre as Terras Indígenas (que, pela constituição brasileira, são de domínio e jurisdição federal); os impactos cumulativos e sinérgicos que a Hidrelétrica de Belo Monte teria sobre a região quando combinada com o PVG,³⁵ que não foram considerados no Estudo de Impacto Ambiental deste último; e o fato de que o PVG teria impactos em grande escala no rio Xingu como um todo e em diversas terras públicas, como assentamentos de reforma agrária e outras terras públicas.

A federalização do processo de licenciamento ambiental foi deferida pelo

tribunal de primeira instância da cidade de Altamira, e o processo hoje aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal (TRF-1). Se a decisão for mantida, todo o processo de licenciamento ambiental será anulado, e o processo precisará recomeçar do zero — incluindo novos estudos de impacto, novos processos de consulta e novas licenças — na esfera federal. Isso representa um risco significativo de o Ibama não emitir as licenças ambientais, inviabilizando o projeto.

III. Cumprimento da legislação fundiária

Investigações realizadas pela Universidade Federal do Pará, pela Defensoria Pública do Estado do Pará e por organizações da sociedade civil constataram que a Belo Sun se envolveu em uma série de transações de terras que violam a regulamentação fundiária federal. Notadamente, **a empresa vem comprando terras ou adquirindo direitos de uso de terras ilegalmente** dentro do Projeto de Assentamento Ressaca (PA Ressaca) desde pelo menos 2015.³⁶

O PVG busca obter esses terrenos como um local-chave para a construção de sua infraestrutura. No entanto, a aquisição de terras dentro de um assentamento de reforma agrária é proibida pela lei federal brasileira, a menos que o adquirente cumpra o requisito de ser beneficiário da política nacional de reforma agrária, o que claramente não é o caso de nenhuma mineradora transnacional.

Em 2021, a Defensoria Pública da União (DPU) ajuizou ação contra a Belo Sun e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) requerendo a nulidade dos contratos de regularização fundiária firmados pela Belo Sun no âmbito do assentamento.³⁷

No mesmo processo, a DPU demonstrou que a Belo Sun minimizou sistematicamente o impacto de seus interesses e projetos de mineração na região e forneceu informações enganosas às comunidades locais. Por exemplo, em seu Estudo de Impacto Ambiental (EIA), a Belo Sun definiu apenas uma pequena área como sendo afetada pela mina. Não foi incluída nenhuma pesquisa sobre a dinâmica mais ampla de desmatamento, migração de mão de obra e mudança de uso da terra que ocorrerá caso a mina seja instalada. Moradores da Vila Ressaca, onde planeja-se que a mina opere, dizem que os representantes locais da Belo Sun em sua comunidade insistem com os moradores que o projeto está prestes a começar e que eles serão generosamente indenizados por suas casas (que seriam liberadas para a implementação do projeto), algo que a empresa ainda não confirmou oficialmente. **Isso provavelmente gerado falsas expectativas entre as comunidades.**

Embora o projeto de mineração também impactasse um assentamento de reforma rural, as famílias assentadas declararam que nada sabem sobre como serão afetadas pelo projeto. Souberam apenas que o projeto vai gerar empregos bem remunerados, mas não foram informados de que grande parte desse emprego é para profissionais técnicos "altamente qualificados" contratados por prazo

determinado e provenientes de diversas regiões do país, cargos não disponíveis para moradores locais. Além disso, muitas das vagas de trabalho serão temporárias, enquanto os danos socioambientais do projeto serão permanentes. As pretensões da Belo Sun em relação aos benefícios de desenvolvimento comunitário são amplamente questionáveis. Como mostra estudo do Instituto Escolhas, a mineração de ouro normalmente traz benefícios apenas temporários para os municípios vizinhos, sem efeitos positivos duradouros em indicadores como saúde, educação e PIB per capita.³⁸ Toda essa dissimulação e distorção de informações tenta pacificar a resistência local, aprofunda o conflito intracomunitário, fomenta intensa migração de mão-de-obra para a região e impede a participação efetiva da comunidade nos processos de tomada de decisão.

Por fim, com base em investigações realizadas por pesquisadores da Universidade Federal do Pará, a DPU revelou que a Belo Sun já adquiriu mais de 24 km² (2.400 ha) de terras públicas.³⁹ De acordo com a constituição brasileira, a aquisição de uma extensão de terra tão vasta só pode ser realizada com autorização do Congresso Nacional.

O descumprimento da regulamentação fundiária e a ação movida pela DPU constituem obstáculos novos e substanciais à aquisição dos direitos fundiários pela Belo Sun Mining Corp., que representam uma fonte recente de riscos jurídicos para o projeto. A ação aguarda julgamento em primeira instância.

IV. A falta de capacidade da região da Volta Grande do Xingu para acomodar o projeto de mineração da Belo Sun

A Volta Grande do Xingu é uma região profundamente afetada pela construção e operação da hidrelétrica de Belo Monte. Muitos relatos e depoimentos da área sugerem que o ecossistema está passando por um processo de colapso socioambiental.⁴⁰ **Todo um ecossistema está perecendo.** Os peixes não conseguem mais se reproduzir devido às mudanças no nível das águas⁴¹ provocadas por Belo Monte; a escassez de água e alimentos tornou-se rotina para os povos da outrora fértil Volta Grande. O absurdo é que as pessoas que vivem em uma floresta tropical não têm acesso à água para consumo e limpeza. As comunidades estão testemunhando o desmantelamento de suas antigas formas de organização social e cultural. A megabarragem traz ecocídio e genocídio para todo o território e seus povos.

Neste contexto, o MPF emitiu duas recomendações para agências governamentais, argumentando que a Volta Grande atualmente não pode suportar grandes projetos de infraestrutura ou extração.⁴² O MPF recomenda que todos os processos de licenciamento ambiental que possam causar a degradação da Volta Grande, sejam suspensos até que se comprove que a região tem capacidade para suportar tais empreendimentos no contexto dos múltiplos impactos de Belo Monte. O MPF ainda não moveu ação judicial contra o projeto com base em suas recomendações, mas pode fazê-lo a qualquer momento.

V. Entrave à liberdade de circulação da população

Em agosto de 2021, foi ajuizada ação pela Defensoria Pública do Estado do Pará contra um grupo de seguranças armados, contratados pela Belo Sun, que vinham ameaçando ribeirinhos, comunidades de pescadores e garimpeiros que vivem na região da Volta Grande.⁴³ A comunidade está sendo impedida de acessar as áreas da reserva legal pelos guardas, contratados pela Belo Sun, como se essas áreas já fossem propriedade da empresa. A empresa também é responsável pela instalação de sinalização nas áreas de uso comum, proibindo as atividades tradicionais de subsistência dessas comunidades, como caça, pesca e coleta de castanha, e até mesmo o acesso dos moradores. A Defensoria Pública apresentou denúncia ao Tribunal Agrário, que determinou a suspensão imediata de todas as ações da Belo Sun e de seus prepostos que impedissem a liberdade de ir e vir dos moradores em terras públicas, bem como a retirada de todas as placas instaladas sem autorização legal.

VI. Desrespeito ao direito à terra, à moradia e ao território

A implantação do Projeto Volta Grande resultaria na desocupação de três comunidades – Ressaca, Galo e Ouro Verde – e no encolhimento do Assentamento de Reforma Agrária Ressaca.⁴⁴ Os direitos à moradia e à terra dessas comunidades, conforme determinado pela Constituição Federal brasileira, estão ameaçados por conta dos detalhes dos planos de indenização e realocação da Belo Sun permanecem uma incógnita.

RISCOS REPUTACIONAIS

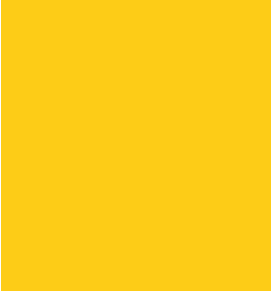
As violações da Belo Sun aos direitos Indígenas à autonomia e autodeterminação - particularmente de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) e processos de consulta ao longo do desenvolvimento do PVG – representam riscos reputacionais à empresa, tanto em termos de percepção do público quanto dos investidores.

Os direitos humanos e os direitos Indígenas, especificamente, são uma preocupação para uma parcela cada vez mais significativa dos investidores. Nas Assembleias Gerais Anuais do Citigroup,⁴⁵ Wells Fargo⁴⁶ e Bank of America⁴⁷ em 26 de abril de 2022, as resoluções exigindo que os bancos informem sobre as práticas que respeitam os direitos dos povos Indígenas receberam 34,3%, 26% e 34% do apoio dos acionistas, respectivamente. Em 2022, a BlackRock publicou uma nota descrevendo por que os direitos humanos são uma questão para os investimentos e incentivando as empresas a adotar práticas comerciais responsáveis, incluindo a CLPI, para comunidades locais e povos Indígenas.

Além disso, o investimento ambiental, social e de governança (ESG) – ou seja, usando resultados ambientais e sociais positivos como uma métrica para determinar onde investir – continua a se expandir em um ritmo recorde. Dado o apoio a práticas de negócios responsáveis e divulgações sobre os direitos dos povos Indígenas por grandes porcentagens de acionistas de alguns dos maiores bancos do mundo, bem como da maior gestora de ativos do mundo, as violações dessas práticas podem render à Belo Sun uma má reputação entre os investidores e fundos de ESG.

Isso é particularmente pertinente no que se refere especificamente à Floresta Amazônica. A Floresta Amazônica é amplamente reconhecida por sua importância na regulação do clima global e na manutenção da biodiversidade, e os investidores têm isso em mente. Em 2020, sete grandes empresas de investimento europeias ameaçaram desinvestir em produtores de carne, operadoras de grãos e até em títulos do governo do Brasil se o desmatamento da Amazônia não fosse controlado⁴⁸. Também em 2020, um grupo de investidores totalizando mais de US\$ 7 trilhões em ativos sob gestão enviou uma carta aberta ao governo brasileiro enfatizando a importância de deter o desmatamento na Amazônia⁴⁹. Dadas as ameaças mencionadas anteriormente que o PVG representa à Floresta Amazônica, ele tende a exacerbar ainda mais a má reputação das empresas que operam na região entre os investidores internacionais, aumentando, assim, o risco reputacional.

Por fim, as potenciais ameaças ao meio ambiente e à saúde das comunidades Indígenas impostas pelo PVG receberam cobertura de veículos internacionais de imprensa, bem como atenção e amplificação de organizações internacionais pelos direitos humanos, questionando as consequências ecológicas do “desenvolvimento econômico” e expondo os riscos do projeto⁵⁰. Obstáculos jurídicos contínuos e resistência das comunidades podem resultar em uma cobertura ainda mais negativa da imprensa, afetando ainda mais a reputação da Belo Sun e de seus investidores.



RISCOS À BIODIVERSIDADE E AO CLIMA

A Volta Grande do Rio Xingu é um trecho de um dos maiores e mais importantes rios amazônicos e uma região de extrema importância para a conservação da biodiversidade do planeta. Em 2007, o Ministério do Meio Ambiente brasileiro denominou a região do Xingu como **área prioritária para a conservação da biodiversidade**, dada a sua geomorfologia complexa que favorece a presença de espécies endêmicas⁵¹.

Esses enormes riscos ambientais já estão sendo destacados pelos investidores. Em setembro de 2022, o conhecido serviço de classificação de crédito Moody's emitiu um alerta de que a perda global da biodiversidade carregava US\$ 1,9 trilhão em riscos e categorizou a mineração como uma indústria de alto risco nesse campo⁵².

Os danos socioambientais de um projeto dessa envergadura são irreparáveis e contribuiriam para danos irreversíveis à biodiversidade amazônica e, consequentemente, ao equilíbrio climático no qual a floresta tropical tem papel central. Cientistas climáticos e ecologistas concordam que, devido ao desmatamento e aos efeitos das mudanças climáticas, a Floresta Amazônica está chegando a um “ponto de inflexão”,⁵³ após o qual perderá a capacidade de se recuperar de danos e se transformará de floresta tropical em savana. Isso tem implicações para o clima do mundo todo, pois uma mudança tão

drástica pode alterar irreversivelmente os padrões climáticos globais, ao mesmo tempo em que libera enormes emissões adicionais de carbono na atmosfera.

O desmatamento é o principal fator de emissão de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil⁵⁴. E apesar de possuir o maior reservatório de biodiversidade do mundo – o que contribui para a estabilidade ecológica e climática da região – a Bacia Amazônica está cada vez mais ameaçada pelo desmatamento e por incêndios criminosos, resultando na perda de habitat de até 85% de suas espécies⁵⁵. Além disso, estudos indicam que o desmatamento induzido pela mineração no Brasil pode chegar a 70 km além dos limites das terras arrendadas⁵⁶.

Além de ser um vetor de desmatamento, a mineração também é responsável direta pelas emissões de gases de efeito estufa. Em média, 28 gramas de ouro causam a emissão de uma tonelada de CO₂⁵⁷. Considerando que o rendimento da mina para processamento em plena produção é estimado em 5,8 toneladas de ouro produzidas por ano, as emissões projetadas ao final do projeto de 18 anos da Belo Sun são impressionantes 3.692.790 toneladas de CO₂. **A mina de Volta Grande da Belo Sun seria um grande revés para os esforços globais para conservar a biodiversidade e reduzir as emissões de GEE.**



Aldeia Comunidade São Francisco, localizada na Volta Grande do Xingu, no Pará, onde vivem cerca de 40 integrantes do povo Juruna.

Somando-se a essas enormes ameaças ao clima e à biodiversidade e seus consequentes riscos financeiros, **a Belo Sun também não cumpriu os requisitos relacionados à proteção ambiental ao longo do processo de licenciamento do projeto de mineração.**

A empresa planeja escavar o local de mineração usando explosivos e maquinário pesado, deixando duas enormes pilhas de rochas compostas de metais pesados e tóxicos de até 140 metros de altura. Esse acúmulo de material pode contaminar a água, o solo e o ar da região.⁵⁸ A empresa também planeja construir uma barragem

de rejeitos como parte do PVG. Isso introduz riscos consideráveis ao meio ambiente, entre os quais ameaças à perda de biodiversidade e às comunidades do entorno – especialmente devido às semelhanças de tamanho e função da barragem proposta com a Barragem de Rejeitos do Fundão construída pela Vale/BHP no Complexo Minerário de Mariana, em Minas Gerais. Em 2015, a barragem do Fundão se rompeu, matando 19 pessoas,⁵⁹ destruindo centenas de casas, levando cidades inteiras⁶⁰ e contaminando mais de 668 km de cursos d'água com rejeitos⁶¹. Este caso traumático é considerado o maior desastre ambiental da história brasileira⁶².

Três estudos apontaram lacunas na avaliação da empresa sobre os riscos e impactos que o projeto poderia trazer às comunidades Indígenas e seus territórios, revelando inúmeras falhas metodológicas que comprometem a análise de viabilidade do Projeto Volta Grande. O primeiro estudo crítico, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Universidade Federal do Pará, aborda lacunas sobre os impactos sobre os recursos aquáticos e a pesca⁶³; o segundo inclui análises de segurança de barragens pela Rede Xingu+ e Movimento Xingu Vivo para Sempre⁶⁴; e o terceiro, da Associação Interamericana de Defesa do Meio Ambiente (AIDA), questiona os documentos de licenciamento apresentados pela empresa com base nos riscos geológicos, implicando também na falta de segurança das barragens⁶⁵.

Importa também destacar que a própria avaliação de impacto ambiental da Belo Sun para o projeto prevê **alto risco de ruptura da barragem de rejeitos** em dois pontos no tempo, tanto durante a fase operacional da mina quanto durante a fase de encerramento do projeto⁶⁶. Para investigar mais a fundo a possibilidade de ruptura da barragem de rejeitos com o PVG, a Amazon Watch encomendou um estudo independente ao Dr. Steven H. Emerman, geofísico e especialista em impactos de projetos de mineração. A avaliação técnica resultante identificou um risco “inaceitavelmente alto” de ruptura da barragem de rejeitos, em parte porque **a barragem foi projetada sem critérios de segurança sísmica** nem qualquer estudo de sismicidade local ou regional⁶⁷. **A avaliação de impacto da Belo Sun, portanto, é incompleta.** O estudo do Dr. Emerman concluiu que, caso a barragem venha a falhar, pelo menos 9 milhões de

metros cúbicos de lixo tóxico chegariam ao rio Xingu em apenas duas horas. O derramamento inicial de rejeitos percorreria 41 km ao longo do rio Xingu, com impactos significativos na Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu. Na pior das hipóteses, a área afetada se estenderia por 98 km do rio Xingu, que posteriormente carregaria resíduos tóxicos até atingir tanto o rio Amazonas quanto o oceano Atlântico. De acordo com essa avaliação independente, a proposta da Belo Sun viola os atuais regulamentos brasileiros para essas barragens.

Além disso, o Estudo de Viabilidade do Projeto da Belo Sun indica que no manejo das operações de mineração do PVG será utilizado cianeto, substância extremamente tóxica e com alto risco de contaminação do solo e dos corpos hídricos⁶⁸. Outra avaliação técnica produzida pela Universidade de São Paulo e pela Universidade do Amazonas sobre a qualidade da água também alerta para o alto risco de contaminação do rio Xingu e seus igarapés⁶⁹. Ela salienta que, dada a alta porosidade das rochas dessa região, a contaminação do subsolo pode acontecer aos poucos, ao longo dos anos, chegando a afetar uma enorme extensão, e com danos irreversíveis.

A consequência direta mais grave para os organismos vivos é a inibição do metabolismo do oxigênio, que ocorre quando o cianeto se liga aos grupos metálicos de uma série de enzimas, inibindo sua atividade. Isso bloqueia a cadeia respiratória de todos os seres vivos afetados direta ou indiretamente, como humanos, plantas e animais. Com um nível de exposição agudo, os principais efeitos agem sobre os sistemas nervoso central e cardiovascular.



HIDROGRAMA DA MORTE

Belo Monte impôs uma mudança radical na vida de milhares de pessoas que tinham rotinas e modos de vida associados à riqueza biológica do rio Xingu. Hoje não há mais qualquer sinal de fartura. O hidrograma adotado – com a vazão de água liberada a partir do represamento para o funcionamento da usina – é insuficiente para a pesca como subsistência, e os pescadores não se adaptaram a outras atividades, como a plantação de cacau ou a criação de peixe em tanques. As famílias empobreceram e vivem em estresse hídrico e insegurança alimentar.

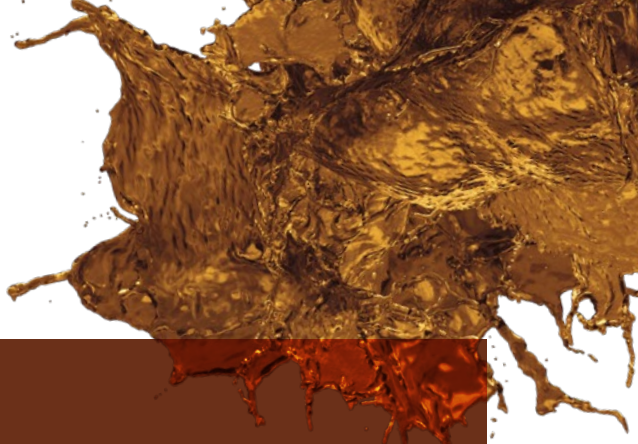
A Norte Energia, concessionária que opera Belo Monte, havia apresentado duas propostas para a vazão de água, os chamados “hidrograma A” e “hidrograma B”, que liberavam pouquíssima água para a região, com base em estudos precários e frágeis, em um ano atípico, como foi esclarecido recentemente.

Segundo o Ministério Público Federal e o Ibama, nenhuma das duas opções propostas garantia condições mínimas para a manutenção da vida na Volta Grande do Xingu, o que fez com que a Justiça Federal de Altamira, atendendo ao MPF, obrigasse a Norte Energia a liberar água num “hidrograma provisório”, mais parecido com as vazões naturais do rio antes do barramento.

Enquanto isso, a Norte Energia deveria apresentar uma proposta que respeitasse os patamares mínimos de existência de vida no rio Xingu - o que nunca foi feito por parte da empresa.

Oito mil metros cúbicos por segundo é a quantidade máxima de água do rio que a Norte Energia destina para o funcionamento de todos os sistemas ecológicos e para a vida dos povos indígenas e das comunidades tradicionais ribeirinhas da Volta Grande do Xingu. Essa água só é liberada durante apenas um mês por ano, como forma de simular o pico da cheia do rio, que nas condições naturais alcançaria quase o triplo desse volume: 22 mil metros cúbicos.

“O número utilizado há quatro anos na Volta Grande do Xingu para o controle da vazão de água, que está causando prejuízos ambientais e humanos, é resultado de um estudo frágil e precário, baseado em três meses de coleta em um único ano, com número baixíssimo de larvas. O uso malicioso de dados insuficientes foi apenas para justificar a geração de energia para as turbinas. A aprovação desses estudos pelo Ibama permitiu o desastre”, afirmou o pesquisador Jansen Zuanon,



um dos mais reconhecidos especialistas em peixes amazônicos no seminário técnico “O Futuro da Volta Grande do Xingu”, realizado na Procuradoria-Geral da República (PGR), em Brasília, em março de 2023.

Sara Rodrigues, pescadora da comunidade Baleia, nomeou a proposta de divisão da água aplicada pela empresa de “hidrograma de morte”. “A gente sente na pele o desenvolvimento cruel, o desenvolvimento da ganância, não é o desenvolvimento que serve para nós. O desenvolvimento para nós era o rio fértil e cheio de vida, o que já tínhamos e agora perdemos. O ecossistema está todo comprometido”, afirmou no seminário. Ela é uma das pesquisadoras que produzem dados diários sobre a situação da Volta Grande.

A proposta alternativa apresentada, o Hidrograma Piracema, é a primeira que considera critérios ecológicos para definir a quantidade efetiva de água que deve ser liberada de acordo com cada período do ano e respeita as piracemas, as áreas de reprodução dos peixes e tracajás. Construído e sugerido pelas comunidades locais, ele é fundamentado no monitoramento minucioso das piracemas e dos impactos causados pela alteração no fluxo da água. Esse monitoramento independente é feito desde 2014 por pesquisadores indígenas e não indígenas, e foi uma saída para se contrapor ao monitoramento pouco preciso que a Norte Energia faz da região.

O Hidrograma Piracema estabelece não só números para a vazão de água, mas o período do ano que cada vazão é necessária. Outro ponto importante é que ele estabelece que as alterações do fluxo do rio devem ser graduais, tanto na cheia quanto na vazante, tentando aproximar o pulso artificial do pulso natural do rio. Nos hidrogramas A e B propostos pela Norte Energia, as variações são abruptas e sem qualquer conexão com os tempos da natureza.

Aprovar o Hidrograma Piracema e validar o monitoramento independente realizado pelas comunidades afetadas é uma questão de extrema urgência. É preciso também garantir que essas comunidades tenham voz ativa em todos os processos de debate e decisão relacionados às vazões na Volta Grande do Xingu. “Se não mudarmos o rumo das coisas, a Volta Grande vai ser um grande cemitério de gente e de peixe”, afirmou Sara no fechamento do seminário.



Desastre em Mariana: Rio Doce afetado pelo colapso da represa de lama tóxica da mineradora Samarco.

UM ESTUDO DE CASO DE RISCOS: A TRAGÉDIA DA BARRAGEM DE MARIANA

O rompimento da Barragem de Rejeitos do Fundão, no Complexo de Mineração de Mariana, em 2015, foi o pior desastre ambiental da história do Brasil. O complexo de minério de ferro era administrado pela Samarco, *joint venture* entre a mineradora brasileira Vale e a anglo-australiana BHP. O rompimento da barragem criou um "mar de lama" contendo 43,8 milhões de metros cúbicos de rejeitos tóxicos, que matou 19 pessoas e afetou pelo menos 1,9 milhão de pessoas ao longo da bacia do Rio Doce, de Minas Gerais ao litoral do Espírito Santo⁷⁰. O rompimento também causou **enormes prejuízos financeiros à BHP**, conforme revelado pelo relatório anual de 2022 da empresa⁷¹. A partir de 2022, a BHP relata prejuízos de **mais de US\$ 1 bilhão**, em perdas operacionais, despesas diretas e investimentos. Além disso, a BHP reservou **mais de US\$ 3,4 bilhões** em provisões para cobrir despesas futuras relacionadas à desativação da barragem. A BHP também enfrenta diversos processos pelo rompimento da barragem, incluindo **um processo de US\$ 6 bilhões movido por mais de 200.000 brasileiros afetados**⁷².

O desastre da barragem de Mariana representa um estudo de caso de risco para projetos de mineração com barragens de rejeitos mal projetadas. A barragem de rejeitos de Volta Grande proposta pela Belo Sun traz riscos semelhantes, e os investidores devem ser extremamente cautelosos.



RISCOS POLÍTICOS

Com a derrota de Bolsonaro e o compromisso público feito pelo presidente eleito Lula de tornar a proteção da Amazônia uma prioridade em terceiro governo, **é improvável que a garantia de que a Belo Sun continuará recebendo assistência direta do governo federal continue.** Dos 30 processos de mineração ativos da Belo Sun⁷³ na Agência Nacional de Mineração (ANM), 11 impactam diretamente terras Indígenas – demarcadas ou em processo de demarcação – que foram intencionalmente paralisadas pelo governo anterior. Embora a prática da porta giratória para funcionários e investidores da Belo Sun tenha sido normalizada durante o governo Bolsonaro para proporcionar vantagens à Belo Sun, as mudanças no cenário político indicam que a dependência da empresa dessa estratégia é insustentável.

A influência das Forças Armadas do Brasil no governo Bolsonaro no lobby pelo “desenvolvimento” da Amazônia, favorecendo grandes projetos de infraestrutura e indústria extrativa, remete ao período traumático da ditadura militar brasileira (1964-1985)⁷⁴. Essa influência provavelmente está chegando ao fim com a mudança de governo. Analistas políticos preveem que o novo governo se distanciará dos militares⁷⁵. Nesta seção, destacamos os riscos políticos de se apoiar um projeto como Belo Sun, que lançou mão de **táticas eticamente questionáveis para avançar**

em seu processo de licenciamento com envolvimento direto dos militares. Devido à sua dependência do apoio militar, a empresa agora enfrenta uma instabilidade significativa e o enfraquecimento de seu lobby político nessa mudança de governo.

Há mais de dez anos, o banco canadense Forbes & Manhattan (F&M) tenta aprovar licenças ambientais para projetos de mineração que impactam povos Indígenas, assentamentos rurais e populações ribeirinhas nos estados do Amazonas e do Pará. O PVG da Belo Sun é o caso mais conhecido e é onde a F&M obteve a maior parte de seus favores políticos do governo Bolsonaro, permitindo-lhe avançar em suas operações na Amazônia brasileira.

Por meio de sua estreita relação com os integrantes das Forças Armadas brasileiras que serviam no governo Bolsonaro, a F&M conseguiu, por fim, contatar o então vice-presidente da República e general da reserva do Exército, Hamilton Mourão, com quem tratou diretamente, em reuniões exclusivas em Brasília.⁷⁶ Nessas reuniões, a Belo Sun foi representada por Cláudio Barroso Magno Filho, general de brigada do Exército, demonstrando como o setor de mineração atua em **colaboração direta com as Forças Armadas** para aumentar a cumplicidade do governo brasileiro na destruição da Amazônia. A reunião de Magno Filho com o governo aconteceu às vésperas do acordo da

Belo Sun com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 25 de novembro de 2021. Conforme abordado anteriormente neste documento, este acordo, que tentava obter terras ilegalmente em um assentamento rural, foi caracterizado como "legalização da grilagem"⁷⁷. O acordo transferiu áreas originalmente destinadas à reforma agrária para a mineradora por 20 anos, após o que as terras serão devolvidas ao órgão. No dia seguinte, a empresa e o governo assinaram um contrato estabelecendo que a Belo Sun indenizaria o Incra pelos danos causados ao seu patrimônio com a doação de um terreno no estado do Mato Grosso

(para onde seriam realocados os moradores despejados), a compra de equipamentos para o órgão, além de uma parte dos lucros da Belo Sun.⁷⁸

Além desses favores políticos, a Belo Sun foi apontada como a primeira beneficiária de uma nova política de minerais estratégicos criada por decreto pelo governo Bolsonaro em março de 2021,⁷⁹ onde os projetos designados receberiam "esforços prioritários do governo" para sua liberação. A inclusão do PVG da Belo Sun como prioridade nessa política nacional constitui flagrante desrespeito à recomendação do Ministério Público Federal de



Foto: Mario Vilela / FUNAI

suspender o licenciamento ambiental do empreendimento e de novas atividades com potencial de causar significativa degradação ambiental na Volta Grande do Xingu. Também ignorou a **exigência do Ministério Público de novos estudos que pudessem confirmar a capacidade da região de suportar outros projetos após os impactos já causados pela barragem de Belo Monte**⁸⁰.

E a ajuda direta do governo ao PVG não parou por aí. Em um caso notável de porta giratória entre o setor de mineração e os órgãos do governo brasileiro no governo Bolsonaro, o ex-diretor jurídico da Belo Sun, Fábio Guilherme Louzada Martinelli, assumiu em abril de 2022 o cargo de gerente regional da Agência Nacional de Mineração (ANM) no estado do Pará, onde o PVG é proposto⁸¹.

Com Lula, espera-se que grande parte dos danos causados pelo governo Bolsonaro seja revertida e que haja melhorias significativas nas medidas de proteção à Amazônia. Tais ações provavelmente incluirão não apenas uma maior fiscalização ambiental, mas também novas nomeações para liderar as principais instituições públicas que supervisionam a governança socioambiental na região. Lula prometeu retomar as medidas de proteção da Amazônia e restaurar os direitos dos povos Indígenas, sistematicamente violados pelo governo Bolsonaro.⁸²

O novo presidente também prometeu avançar na demarcação das Terras Indígenas. Conforme consta na Constituição Brasileira, esses direitos são “originários” — ou seja, são anteriores à constituição do próprio Estado brasileiro e devem ser integralmente respeitados. Diante disso, espera-se que o novo governo assegure a proteção da região da Volta Grande, incluindo os territórios daqueles que vivem em terras em processo de demarcação, como a Terra Indígena Xipaiá-Kuruaya-Jericuá (conhecida como Aricafú). Isso coloca o PVG da Belo Sun em grande risco político, tendo em vista que o movimento indígena já está em diálogo estreito com o novo governo Lula, **exigindo a demarcação acelerada dos territórios Indígenas em todo o país**, principalmente na Floresta Amazônica⁸³. Esse é mais um indicativo da inviabilidade do projeto de mineração na região.



A Canoada Xingu, realizada pelo Instituto Socioambiental (ISA), percorre mais de 100 km da Volta Grande do Rio Xingu chamando atenção para os problemas que os povos da região enfrentam com a instalação da represa Belo Monte.

CONCLUSÃO

O Projeto de Ouro Volta Grande, da Belo Sun Mining Corp., representa um risco significativo para investidores, povos Indígenas e para o ecossistema biodiverso e altamente crítico da Volta Grande do Xingu e, portanto, da Floresta Amazônica. Desde o início, o processo de licenciamento da Belo Sun foi caracterizado por declarações enganosas, aquisição ilegal de terras públicas brasileiras e despejo forçado de comunidades locais sob pressão da mineradora. A Belo Sun também incorreu em violações das leis brasileiras e de compromissos internacionais, como os direitos dos povos Indígenas à autodeterminação, verificados por processos de consulta e consentimento livre, prévio e informado (CLPI) adequados.

Se construída, será a maior mina de ouro a céu aberto da história do Brasil, situada no coração do local de maior biodiversidade

da Terra. O projeto impactaria significativamente uma região que já enfrenta graves danos socioambientais causados pela Hidrelétrica de Belo Monte, localizada a apenas 10 quilômetros do perímetro-alvo da mineradora. O projeto ameaça a subsistência das comunidades locais e coloca em risco todo o equilíbrio do ecossistema da região do Xingu.

A conclusão do projeto da Belo Sun pode significar a morte do rio Xingu e o ecocídio de uma região vital para a vida na Terra.

O recado é claro: os investimentos na Belo Sun criam enormes riscos políticos, jurídicos, reputacionais, climáticos e sociais para as empresas financeiras. O projeto representa graves ameaças à biodiversidade da Floresta Amazônica e aos meios de subsistência das comunidades locais.

APÊNDICE

Lista de ações judiciais em andamento que exigem a suspensão e/ou anulação do processo de licenciamento ambiental do Projeto Volta Grande

PRINCIPAL(IS) TÓPICO(S) ABORDADO(S)	ANO	NÚMERO DO PROCESSO	AUTORIA	RÉUS
Descumprimento do dever de realizar estudos de impacto específicos relativos às comunidades Indígenas e de respeitar o direito ao consentimento livre, prévio e informado destas últimas.	2013	0002505-70.2013.4.01.3903	Ministério Público Federal (MPF)	Estado do Pará Belo Sun Mining Corp.
Federalização do processo de licenciamento ambiental.	2014	0001813-37.2014.4.01.3903	Ministério Público Federal (MPF)	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) Belo Sun Mining Corp. Estado do Pará
Falta de competência e legitimidade do órgão ambiental estadual para realizar o licenciamento. Suspensão de qualquer licenciamento para exploração mineral na Vila da Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo.	2019	0002624-17.2019.8.14.0058	Ministério Público Estadual (MPE)	Estado do Pará Belo Sun Mining Corp.
Despejos forçados de ex-moradores das áreas de mineração da Volta Grande do Xingu (Vila da Ressaca, Garimpo do Galo, Vila Ouro Verde). Aquisição ilegal de terras públicas federais pela Belo Sun.	2013	0005149-44.2013.814.0005	Defensoria Pública do Pará (DPE)	Belo Sun Mineração LTDA Gas Uchoa Willian Aragão Henrique Pereira

PRINCIPAL(IS) TÓPICO(S) ABORDADO(S)	ANO	NÚMERO DO PROCESSO	AUTORIA	RÉUS
Ausência de estudos fundiários que identifiquem quem tem propriedade e posse das terras nas quais a Belo Sun pretende instalar o PVG. Exclusão das comunidades ribeirinhas tradicionais da Ilha da Fazenda e Itatá dos impactos diretos previstos, apesar de sua proximidade com as estruturas da mina. Pedido de liminar para suspender o licenciamento da Belo Sun a fim de evitar prejuízos às comunidades ribeirinhas.	2017	0001062-06.2017.8.14.0005	Defensoria Pública do Pará (DPE)	Estado do Pará Belo Sun Mining Corp.
Insuficiência de estudos de impacto sobre os povos Indígenas já afetados pela hidrelétrica de Belo Monte. Falta de análise dos impactos sobrepostos dos dois projetos. Pedido de suspensão de licenciamento.	2017	0000242-26.2017.4.01.3903	Defensoria Pública da União (DPU)	Belo Sun Mining Corp. Estado do Pará
Ação requerendo suspensão do licenciamento e anulação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) por falta de consulta às comunidades ribeirinhas.	2020	0801861-11.2020.8.14.0005	Defensoria Pública do Pará (DPE)	Belo Sun Mining Corp. Estado do Pará
Direitos territoriais dos moradores da Vila Ressaca, Vila Ouro Verde e Vila Galo, que podem ter sido violados pelas compras de terras da Belo Sun Corp. na região.	2022	1000550-69.2022.4.01.3903	Defensoria Pública do Pará (DPE) Defensoria Pública da União (DPU)	União INCRA
Violação dos direitos das comunidades afetadas pela celebração do Contrato de Concessão de Uso nº 1.224/2021, assinado por INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e Belo Sun Mining Corp., em 26 de novembro de 2021 - abril de 2022.	2022	1000550-69.2022.4.01.3903	Defensoria Pública do Pará (DPE) Defensoria Pública da União (DPU)	Belo Sun Mining Corp. Estado do Pará INCRA

A conclusão do projeto de Belo Sun pode significar a morte do Rio Xingu e o ecocídio de uma região que é vital para a vida na Terra.





REFERÊNCIAS

- 1 Canal do YouTube da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. Entrevista Belo Sun Mining - Brasil-Canadá no PDAC 2021. 08/03/2021. <https://www.youtube.com/watch?v=0PQIQh00Zng>
- 2 CBC CA. Mina de ouro proposta por empresa canadense na Floresta Amazônica está um passo mais perto da realidade, diz CEO Social Sharing. 28/03/2021. <https://www.cbc.ca/news/world/belo-sun-brazil-gold-bolsonaro-amazon-indigenous-environment-rainforest-business-1.5963002>
- 3 <https://www.mpf.mp.br/regiao1/sala-de-imprensa/noticias-r1/caso-belo-sun-tribunal-mantem-suspenso-licenciamento-de-mineradora-canadense-no-rio-xingu-pa>
- 4 Ação Civil Pública n.º 0005149-44.2013.814.0005, protocolada em 2013 pela Defensoria Pública do Pará. <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/56801015/djpa-19-07-2013-pg-449>
- 5 Áreas Prioritárias Para Conservação, Uso Sustentável E Repartição De Benefícios Da Biodiversidade Brasileira. Atualização: Portaria MMA nº 9, de 23 de janeiro de 2007 <https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201707/04142907-areas-proritarias-para-conservacao-da-biodiversidade-ministerio-do-meio-ambiente.pdf>
- 6 Raffael M. et al, Gold at what cost? Another megaproject threatens biodiversity in the Amazon, Perspectives in Ecology and Conservation, 2017, Pages 129-131. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2530064417300342>; Instituto Socioambiental (ISA). Guerra pela Água: Após cinco anos de operação de Belo Monte, Volta Grande do Xingu sofre com a seca. 25/11/2020. <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/guerra-pela-agua-apos-cinco-anos-de-operacao-de-belo-monte-volta-grande-do-xingu-sofre-com-a-seca>; InfoAmazônia. Belo Monte está sufocando o rio Xingu. 19/03/2021. <https://infoamazonia.org/2021/03/19/belo-monte-esta-sufocando-o-rio-xingu/>;
- 7 Amazon Watch. Amazonia Against the Clock: A Regional Assessment on Where and How to Protect 80% by 2025. <https://amazonwatch.org/news/2022/0905-amazonia-against-the-clock>
- 8 Agência Pública. Como o lobby de um militar da reserva favoreceu mineradoras canadenses na Amazônia. 21/02/2022. <https://apublica.org/2022/02/como-o-lobby-de-um-militar-da-reserva-favoreceu-mineradoras-canadenses-na-amazonia/>
- 9 Observatório da Mineração. Ex-diretor da Belo Sun assume cargo como gerente da ANM no Pará. 22/04/2020. <https://observatoriodamineracao.com.br/ex-diretor-da-belo-sun-assume-cargo-de-gerente-da-anm-no-para/>
- 10 Belo Sun Anuncia a Divulgação de Seus Resultados Financeiros do 3º Trimestre e Alteração da Nota Promissória em Aberto. 07/11/2022. <https://www.globenewswire.com/news-release/2022/11/07/2549436/0/en/Belo-Sun-Announces-the-Release-of-Its-Q3-Financial-Results-and-Amendment-to-Outstanding-Promissory-Note.html>
- 11 Reuters Markets. About Belo Sun Mining Corp (BSX.TO). 14/11/2022. <https://reut.rs/3UDw7FW>
- 12 Joint venture é uma aliança estratégica entre duas ou mais empresas, que se unem para realizar um projeto específico ou atividade de negócios. Essa parceria pode ser temporária ou de longo prazo, e geralmente envolve o compartilhamento de recursos, conhecimentos, tecnologias e riscos.
- 13 Agnico Eagle. Agnico Eagle conclui a venda das ações ordinárias da Belo Sun Mining Corp. 20/04/2018. <https://www.agnicoeagle.com/english/investor-relations/news-and-events/news-releases/news-release-details/2018/Agnico-Eagle-Completes-Sale-of-Common-Shares-of-Belo-Sun-Mining-Corp/default.aspx>
- 14 Belo Sun. Belo Sun anuncia os resultados da AGM. 01/05/2018 <https://belosun.com/news/belo-sun-announces-agm-results>
- 15 SEC.report. Informações Suplementares - Circular de informações gerenciais - Inglês VNNHF: Belo Sun Mining Corp. 26/04/2021. <https://sec.report/otc/financial-report/279840>
- 16 Amazon Watch. Amazon Watch - Alerta a investidores: Belo Sun divulga informações enganosas a investidores sobre o controverso projeto de mineração de ouro na Amazônia brasileira. 29/07/2021. <https://amazonwatch.org/news/2021/0729-belo-sun-discloses-misleading-information-to-investors-regarding-gold-mining-project>
- 17 Belo Sun. Belo Sun Mining Corp. Annual Information Form. 31/12/2021. https://belosun.com/_resources/financials/BSX-AIF-2022.pdf?v=0.521; Management's Discussion and Analysis. 31/03/2022. https://belosun.com/_resources/financials/BSX-MDA-March-31-2022.pdf?v=0.901; Belo Sun provides a Corporate Update. 07/04/2022. <https://belosun.com/news/belo-sun-provides-a-corporate-update>
- 18 Canal do YouTube da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. Entrevista Belo Sun Mining - Brasil-Canadá no PDAC 2021. 08/03/2021. <https://www.youtube.com/watch?v=0PQIQh00Zng>
- 19 CBC CA. Mina de ouro proposta por empresa canadense na Floresta Amazônica está um passo mais perto da realidade, diz CEO Social Sharing. 28/03/2021. <https://www.cbc.ca/news/world/belo-sun-brazil-gold-bolsonaro-amazon-indigenous-environment-rainforest-business-1.5963002>
- 20 Op. Cit 15
- 21 Op. Cit 16
- 22 PA – Projeto de mineração Volta Grande-Belo Sun ameaça formas de vida e sobrevivência de povos Indígenas, ribeirinhos e outras comunidades tradicionais. 26/06/2018. <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-projeto-de-mineracao-volta-grande-belo-sun-ameaca-modos-de-vida-e-sobrevivencia-de-povos-Indigenas-ribeirinhos-e-outras-comunidades-tradicionais/>
- 23 JusBrasil. Ação Civil Pública n.º 0002505-70.2013.4.01.3903, Ministério Público Federal. 19/11/2013. <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/trf-1/900359085>
- 24 Instituto Socioambiental _ISA. Arquivos. Ação Civil Pública n.º 0801861-11.2020.8.14.0005, Defensoria Pública do Estado do Pará. 05/08/2020. <https://ox.socioambiental.org/sites/default/files/ficha-tecnica/node/218/edit/2020-08/DOC%2001-%20A%C3%87%20C3%83%20CIVIL%20P%C3%9ABLICA%20DPE%20X%20ESTADO%20DO%20PAR%C3%81%20-%20BELO%20SUN%20-%20RIBEIRINHOS%20VOLTA%20GRANDE%20XINGU-protocolado.pdf>
- 25 Canal Amazon Watch no YouTube. Os Kuruaya dizem não à Belo Sun. Fevereiro de 2022. <https://youtu.be/HJq43j7VYE>
- 26 Ministério Público Federal. Decisão do tribunal de primeira instância: "BELO SUN MINERAÇÃO LTDA, ESTADO DO PARÁ e IBAMA". Processos n.ºs: 0002505-70.2013.4.01.3903 and 0001813-37.2014.4.01.3903. 25/04/2022. https://www.mpf.mp.br/regiao1/sala-de-imprensa/docs/0002505-70-2013-4-01-3903-e-0001813-37-2014-4-01-3903_memoriais_belo_sun.pdf
- 27 Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1). Parecer sobre o processo de consulta prévia do Projeto Volta Grande. 28/07/2020 https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Parecer_consulta_previa_projeto_Volta_Grande_Belo_Sun.pdf
- 28 Philip M Fearnside, 2017: Belo Monte: Atores e argumentos na luta contra a barragem amazônica mais polêmica do Brasil. – DIE ERDE 148 (1): 14-26. 31/03/2017. https://www.die-erde.org/index.php/die-erde/article/view/264/pdf_1

29 Organização dos Estados Americanos (OEA), Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Medidas cautelares contra Belo Monte: MC 382-10 - Comunidades Indígenas de la Cuenca del Río Xingu, Pará, Brasil, (MC 382-10) 01/04/2011.

<http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/cautelares.asp?searchText=BRASIL&Year=2010>

30 Conferência Internacional do Trabalho, 101ª Sessão, Relatório do Comitê de Peritos sobre a Aplicação de Convenções e Recomendações. 2012. Página 942. <https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661%282012-101-1A%29.pdf>

31 O Estado de S. Paulo. Termo de Colaboração Polícia Federal. 14/03/2015. https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2015/06/132_TERMOTRANSCDEP2-dalton-belo-monte-angra.pdf

32 Fearnside, P.M. 2017. Desinformação planejada: O exemplo da hidrelétrica de Belo Monte como fonte de gases de efeito estufa. pp. 125-142. In: LizRejane Issberner & Philippe Lena (org.) O Brasil no Antropoceno: Conflitos entre Desenvolvimento Predatório e Políticas Ambientais. Routledge, Taylor & Francis Group, New York, U.S.A. 364 pp. http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Preprints/2017/Belo_Monte-emissions-Planned_disinformation-Preprint.pdf

33 Amazon Watch. Belo Sun Brings More Destruction to the Volta Grande do Xingu. 25/01/2022. <https://amazonwatch.org/news/2022/0125-belo-sun-brings-more-destruction-to-the-volta-grande-do-tingu>

34 Ministério Público Federal. Ação Civil Pública nº 0001813-37.2014.4.01.3903, MPF. 24/06/2014. https://www.mpf.mp.br/regiao1/sala-de-imprensa/docs/0002505-70-2013-4-01-3903-e-0001813-37-2014-4-01-3903_memoriais_belo_sun.pdf

35 Amazon Watch. Belo Sun Brings More Destruction to the Volta Grande do Xingu. 25/01/2022.

<https://amazonwatch.org/news/2022/0125-belo-sun-brings-more-destruction-to-the-volta-grande-do-tingu>

36 Elielson Ferreira da Silva, Dossiê: Expropriação ecobiopolítica e garimpo no Projeto de Assentamento Ressaca, Volta Grande do Rio Xingu. Belém, 2022. <https://amazonwatch.org/assets/files/2022-dossie-expropriacao-ecobiopolitica-e-mineracao.pdf>

37 Defensoria Pública da União. Ação Civil Pública nº 2020/080-00398 e 2021/003-04769, DPU. <https://drive.google.com/file/d/1VMLnZFx4nkE1NAht1lI6JoQQ-oiRoW-V/view>

38 Instituto Escolhas. Qual é o real impacto socioeconômico da exploração de ouro e diamantes na Amazônia? 29/01/2021. <https://www.escolhas.org/en/qual-o-real-impacto-socioeconomico-da-exploracao-de-ouro-e-diamantes-na-amazonia/>.

39 Business & Human Rights Resource Centre. Brasil: Suposto acordo entre o INCRA e a Belo Sun reduziria as áreas de assentamento em favor das atividades da mineradora. 11/01/2022. <https://www.business-humanrights.org/en/latest-news/brasil-suposto-acordo-entre-incra-e-belo-sun-reduziria-c33%a1reas-de-assentamento-em-prol-de-atividades-da-mineradora/>

40 Barreto, P., Brandão Jr., A., Martins, H., Silva, D., Souza Jr., C., Sales, M., & Feitosa, T. 2011. Risco de Desmatamento Associado à Hidrelétrica de Belo Monte (p. 98). Belém: Imazon. 01/18/2011. <https://imazon.org.br/publicacoes/risco-de-desmatamento-associado-a-hidreletrica-de-belo-monte-2/>; Raffael M. Tófoli, Rosa M. Dias, Gustavo H. Zaia Alves, David J. Hoeinghaus, Luiz C. Gomes, Matheus T. Baumgartner, Angelo A. Agostinho, Ouro a que custo? Outro megaprojeto ameaça a biodiversidade na Amazônia,

Perspectives in Ecology and Conservation, Volume 15, Issue 2, 2017, Pgs. 129-131. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2530064417300342>; Ministério Público Federal do Pará. Ministério Público

Federal recomenda correção de alvará de Belo Monte para preservar a vida na Volta Grande do Xingu (PA). 04/09/2019. <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-recomenda-correcao-da-licenca-de-belo-monte-para-preservar-a-vida-na-volta-grande-do-tingu-pa>; Instituto Socioambiental (ISA). Guerra pela Água: Após cinco anos de operação de Belo Monte, Volta Grande do Xingu sofre com a seca. 25/11/2020. <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/guerra-pela-agua-apos-cinco-anos-de-operacao-de-belo-monte-volta-grande-do-tingu-sofre-com-a-seca>; InfoAmazônia. Belo Monte está sufocando o rio Xingu. 19/03/2021. <https://infoamazonia.org/2021/03/19/belo-monte-esta-sufocando-o-rio-tingu/>; InfoAmazônia. Da Rodovia Transamazônica à Hidrelétrica de Belo Monte, a tragédia de Arara que remonta à Ditadura. 08/08/2022. <https://infoamazonia.org/2021/03/19/belo-monte-esta-sufocando-o-rio-tingu/>

41 Leia mais na seção "Hidrografia da Morte".

42 Ministério Público Federal do Pará. Ministério Público Federal quer suspensão de licenciamentos na Volta Grande do Xingu (PA) até impactos de Belo Monte serem conhecidos. Recomendação 04/2021/GAB1-PRMATM e Recomendação 03/2019/GAB1. 18/12/2021. <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-quer-suspensao-de-licenciamentos-na-volta-grande-do-tingu-pa-ate-impactos-de-belo-monte-serem-conhecidos>

43 Ação Civil Pública nº 0005149-44.2013.814.0005, ajuizada em 2013 pela Defensoria Pública do Estado do Pará. <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/56801015/djpa-19-07-2013-pg-449>

44 Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Despejos forçados: Relator Especial sobre o direito à moradia adequada. Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. <https://www.ohchr.org/en/special-procedures/sr-housing/forced-evictions>

45 Citigroup Inc. 2022 Anúncio de Reunião Anual e Relatório aos Acionistas. 26/04/2022. <https://www.citigroup.com/citi/investor/quarterly/2022/ar22p.pdf>

46 Wells Fargo. Anúncio de Reunião Anual e Relatório aos Acionistas: Wells Fargo & Company 2022 Annual Meeting of Shareholders. 14/03/2022. <https://www08.wellsfargomedia.com/assets/pdf/about/investor-relations/annual-reports/2022-proxy-statement.pdf>

47 Bank of America. Reunião anual de acionistas de 2022. 26/04/2022. <https://investor.bankofamerica.com/events-and-presentations/annual-shareholder-meeting#:~:text=Our%202022%20annual%20meeting%20of,remote%20communication%20via%20audio%20webcast>

48 Reuters. Exclusivo: Investidores europeus ameaçam retirar investimentos no Brasil devido ao desmatamento. 19/06/2020. <https://www.reuters.com/article/us-brazil-environment-divestment-exclusi/exclusive-european-investors-threaten-brazil-divestment-over-deforestation-idUSKBN23Q1MU>

49 The Guardian. Trillion-Dollar Investors Warn Brazil over 'Dismantling' of Environmental Policies. 23/06/2020. <https://www.theguardian.com/environment/2020/jun/23/trillion-dollar-investors-warn-brazil-over-dismantling-of-environmental-policies>

50 Blog da EADI (Associação Europeia dos Institutos de Investigação e Formação para o Desenvolvimento). The Ecological Consequences of 'Economic Development': The Expansion of Gold Mining in the Volta Grande Do Xingu. 20/07/2022. <http://www.developmentresearch.eu/?p=1277>; Mongabay. Unacceptably High Risk of Tailings Dam Failure in Canadian Miner's Amazon Project. 10/07/2020. <https://news.mongabay.com/2020/07/unacceptably-high-risk-of-tailings-dam-failure-in-canadian-miners-amazon-project/>

51 Cambridge University Press. Deforestation and conservation in major watersheds of the Brazilian Amazon. 03/02/2010. <https://www.cambridge.org>

- org/core/journals/environmental-conservation/article/abs/deforestation-and-conservation-in-major-watersheds-of-the-brazilian-amazon/47932329C4217F856D27A6C3151C0015#
- 52 Bloomberg. Moody's Has a \$1.9 Trillion Warning Over Biodiversity. 09/28/2022. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-09-28/moody-s-1-9-trillion-warning-over-biodiversity-green-insight>
- 53 New Scientist. The Amazon rainforest has already reached a crucial tipping point. 05/09/2022. <https://www.newscientist.com/article/2336521-the-amazon-rainforest-has-already-reached-a-crucial-tipping-point/>; Scientific American. Amazon Rain Forest Nears Dangerous 'Tipping Point'. 03/08/2022. <https://www.scientificamerican.com/article/amazon-rain-forest-nears-dangerous-tipping-point/>
- 54 Climate Action Tracker. Brazil Country Summary. 05/09/2022. <https://climateactiontracker.org/countries/brazil/>
- 55 Feng, X., Merow, C., Liu, Z. et al. How deregulation, drought and increasing fire impact Amazonian biodiversity. *Nature* 597, 516–521 (2021). <https://doi.org/10.1038/s41586-021-03876-7>
- 56 Sonter, L.J., Herrera, D., Barrett, D.J. et al. Mining drives extensive deforestation in the Brazilian Amazon. *Nat Commun* 8, 1013 (2017). <https://doi.org/10.1038/s41467-017-00557-w>
- 57 S&P Global Market Intelligence. Greenhouse gas and gold mines Nearly 1 ton of CO2 emitted per ounce of gold produced in 2019. 10/07/2020. <https://www.spglobal.com/marketintelligence/en/news-insights/blog/climate-scenario-analysis-embracing-uncertainty-with-conviction>
- 58 Marcelo Garcia Pereira de Camargo, Ingo Daniel Wahnfried e André Oliveira Sawakuchi. Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental - Componente Indígena (EIA-CI) do Projeto de Ouro Volta Grande quanto à qualidade d'água e risco de contaminação em drenagens impactadas por Belo Sun 11/01/2021. https://ox.socioambiental.org/sites/default/files/ficha-tecnica/node/218/edit/2021-03/Anexo___Parecer_tecnico_UFAM_USP_EIA_CI_Belo_Sun_Jan_2021.pdf
- 59 BBC. Brazil dam burst: Six months on, the marks left by sea of sludge. 05/06/2016. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-36230578>
- 60 Al Jazeera. Toxic sludge reaches Atlantic after Brazil dams burst. 22/11/2015. <https://www.aljazeera.com/news/2015/11/22/toxic-sludge-reaches-atlantic-after-brazil-dams-burst/>
- 61 Flávio Fonseca do Carmo, Luciana Hiromi Yoshino Kamino, Rogério Tobias Junior, Iara Christina de Campos, Felipe Fonseca do Carmo, Guilherme Silvino, Kenedy Junio da Silva Xavier de Castro, Mateus Leite Mauro, Nelson Uchoa Alonso Rodrigues, Marcos Paulo de Souza Miranda, Carlos Eduardo Ferreira Pinto, Fundão tailings dam failures: the environment tragedy of the largest technological disaster of Brazilian mining in global context, *Perspectives in Ecology and Conservation*, Volume 15, Issue 3, 2017, pp. 145-151, ISSN 2530-0644, <https://doi.org/10.1016/j.pecon.2017.06.002>
- 62 The Guardian. Victims of Brazil's worst environmental disaster to get day in UK courts. The Guardian, 08/06/22. <https://www.theguardian.com/environment/2022/jul/08/uk-court-of-appeal-case-victims-brazil-mariana-dam-collapse-aoe>
- 63 Parecer sobre o Estudo de Impacto Ambiental - Componente Indígena de Belo Sun com a Comunidade Juruna, Terra Indígena Paquicamba, sobre recursos aquáticos e pesca. 03/06/2020. <https://drive.google.com/file/d/10YNnOMURuJrLK5H4FoNkOB4vR02JG0cU/view>
- 64 Movimento Xingu Vivo para Sempre and Xingu+. Memorando sobre os componentes operacionais, estruturais e hidrogeoquímicos da barragem de rejeitos do Projeto Volta Grande, do EIA-CI de Belo Sun, com análise técnica do Dr. Steven H. Emerman. 10/06/2020. https://drive.google.com/file/d/1a9E5scdXFiiGVTfqV_omPRdubY6Lg6K4/view
- 65 Associação Interamericana de Defesa Ambiental - AIDA. Observations on the documents associated with the environmental licensing of the Volta Grande gold mining project, Pará, Brasil. 2020. https://drive.google.com/file/d/1HxiYbRwI81gaRhe_7mD2h05wRSuglly/view
- 66 Feasibility Study on the Volta Grande Project, Pará, Brazil. NI 43-101 Technical Report. 08/05/2015. https://belosun.com/staging/belosun.com/_resources/Feasibility-Study-Volta-Grande-Project.pdf
- 67 Steven H. Emerman, Evaluation of the Tailings Dam, Cyanide Use and Water Consumption at the Proposed Volta Grande Gold Project, Pará, Northern Brazil. 06/01/2020. https://xinguvivo.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Volta_Grande_Report_Emerman.pdf
- 68 Belo Sun. Feasibility Study on the Volta Grande Project, Pará, Brazil. NI 43-101 Technical Report. 05/08/2015. https://belosun.com/staging/belosun.com/_resources/Feasibility-Study-Volta-Grande-Project.pdf
- 69 Marcelo Garcia Pereira de Camargo, Ingo Daniel Wahnfried e André Oliveira Sawakuchi. Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental - Componente Indígena (EIA-CI) do Projeto de Ouro Volta Grande quanto à qualidade d'água e risco de contaminação em drenagens impactadas por Belo Sun 11/01/2021. https://ox.socioambiental.org/sites/default/files/ficha-tecnica/node/218/edit/2021-03/Anexo___Parecer_tecnico_UFAM_USP_EIA_CI_Belo_Sun_Jan_2021.pdf
- 70 Mariana 5 anos depois: o crime se renova. 04/11/2020. <https://londonminingnetwork.org/2020/11/mariana-5-years-on-the-crime-is-renewed-o-crime-se-renova/>
- 71 Relatório Anual da BHP. 06/09/2022. https://www.bhp.com/-/media/documents/investors/annual-reports/2022/220906_bhpannuareport2022.pdf
- 72 Mining.Com. BHP loses appeal to multibillion lawsuit over Samarco disaster. 08/07/2022. <https://www.mining.com/bhp-loses-appeal-to-multibillion-lawsuit-over-samarco-disaster/>
- 73 Sistema de Informação Geográfica da Mineração - SIGMINE. Processos minerários ativos. Agência Nacional de Mineração (ANM). <https://geo.anm.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=6a8f5ccc4b6a4c2bba79759aa952d908>. Dados coletados pelo pesquisador independente Tarcísio Feitosa.
- 74 The Intercept. Operation Amazon Redux: Brazil's Army Wanted to "Occupy" the Amazon Before. Leaked Audio Reveals Their Plan to Try Again. The Intercept. 19/09/2022. <https://theintercept.com/2019/09/20/amazon-brazil-army-bolsanaro/>
- 75 DW Brazil. Como ficam os militares depois da vitória de Lula. 04/11/2022. <https://www.dw.com/pt-br/como-ficam-os-militares-depois-da-vit%C3%B3ria-de-lula/a-63645475>
- 76 Agência Pública. Como o lobby de um militar da reserva favoreceu mineradoras canadenses na Amazônia. 21/02/2022. <https://apublica.org/2022/02/como-o-lobby-de-um-militar-da-reserva-favoreceu-mineradoras-canadenses-na-amazonia/>
- 77 Estadão. Inkra vai reduzir assentamento no PA para favorecer mineração de ouro em troca de fazenda em MT. 08/12/2021. <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,inkra-reduz-assentamento-no-para-mineracao-ouro,70003919108>
- 78 Amazon Watch. Belo Sun Brings More Destruction to the Volta Grande do Xingu. 25/01/2022. <https://amazonwatch.org/news/2022/0125-belo-sun-brings-more-destruction-to-the-volta-grande-do-xingu>
- 79 Diário Oficial da União. Decreto N° 10.657, de 24 de março de 2021. Publicado em: 25/03/2021. "Atos do Poder Executivo: Institui a Política de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Projetos de Investimentos para a Produção de Minerais Estratégicos - Pró-Minerais Estratégicos". <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.657-de-24-de-marco-de-2021-310367287>
- 80 Ministério Público Federal do Pará. Recomendação 04/2021/GAB1-PRMATM. 14/12/2021. https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2021/recomendacao_mpf_suspensao_licenciamentos_vgx-pa_04_2021_gab1_prmatm.pdf
- 81 Ex-diretor da Belo Sun assume cargo de gerente da ANM no Pará. 22/04/2020. <https://observatoriodamineracao.com.br/ex-diretor-da-belo-sun-assume-cargo-de-gerente-da-anm-no-para/>
- 82 Reuters. COP27: Greeted like a rock star, Brazil's Lula promises to protect Amazon. 12/11/2022. <https://www.reuters.com/business/cop/brazils-lula-put-climate-center-first-post-election-speech-abroad-2022-11-16/>
- 83 Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB): APIB inicia ações de reconstrução da agenda Indígena no governo Lula. 08/11/2022. <https://apiboficial.org/2022/11/08/apib-inicia-acoes-de-reconstrucao-da-agenda-indigena-no-governo-lula/>



Foto: Cícero Pedrosa Neto / Amazon Watch

A Volta Grande do Xingu é a casa de povos indígenas como os Juruna, os Arara e os Xikrin, bem como de povos indígenas que vivem fora dos territórios demarcados (desaldeados).

**AMAZON WATCH****ESCRITÓRIO CENTRAL**

520 3rd Street, Suite 108,
Oakland, CA 94607
Terras Tradicionais de Ohlone,
Muwekma e Chochenyo
Tel: +1.510.281.9020
Fax: +1.510.281.9021

Washington, DC

1101 15th St NW, 11th Floor,
Washington, DC 20005
Terras Tradicionais Nacottchtank
(Anacostan) e Piscataway
Tel: +1.202.423.4828

**Protegendo a floresta tropical
e o nosso clima em solidariedade
com os povos indígenas**

amazonwatch.org

*Pôr do sol durante a Canoada do Xingu, que
percorre trechos impactados por Belo Monte,
mas também apresenta a beleza da região e
os motivos pelo qual a Amazônia e seus rios
precisam ser preservados.*